

# política



**Repórter Brasília**  
**Edgar Lisboa**

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Frente pelo Livre Mercado

Os deputados federais Marcel van Hattem (Novo-RS), Bia Kicis (PL-DF) e Caroline de Toni (PL-SC) oficiaram ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB, foto), a troca de comando na Frente Parlamentar pelo Livre Mercado na casa. Com a atualização formalizada, Bia Kicis assume a presidência do colegiado no lugar de Caroline de Toni. O proponente da frente na atual legislatura, Marcel van Hattem, acompanhou a comunicação oficial, que também confirmou a permanência do senador Carlos Portinho (PL-RJ) na presidência do grupo no Senado Federal e o registro da Associação pelo Livre Mercado como nova Secretaria-Executiva.



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

## Securitização de créditos tributários

O deputado federal gaúcho Carlos Gomes (Republicanos) apresentou projeto de lei complementar na Câmara dos Deputados para autorizar a securitização de créditos tributários federais acumulados por empresas junto à Receita Federal. O texto altera regras da transição da reforma tributária para permitir a cessão onerosa de saldos credores de PIS/Pasep, Cofins, IPI e CBS para companhias securitizadoras, fundos de investimento e instituições financeiras. “Sem um mercado securitizador regulamentado, o estoque de dezenas de bilhões de reais retidos na transição criará uma fila de espera no caixa da União, prejudicando a liquidez imediata e o capital de giro das empresas”, justifica o parlamentar gaúcho ao defender o mecanismo de antecipação de recursos para o setor produtivo.

## Desburocratização no campo

Outro projeto de lei apresentado pelo parlamentar visa desburocratizar o processo de regularização fundiária no país, simplificando exigências cartorárias e acelerando a entrega de títulos de propriedade rural. A proposta autoriza a comprovação de requisitos legais por meio de imagens de satélite e cruzamento de documentos para imóveis de até 15 módulos fiscais. “A falta de regularização gera insegurança jurídica no campo e dificulta o acesso ao crédito para pequenos e médios produtores”, argumenta o parlamentar.

## UE valida auditoria sanitária

A Direção-Geral de Saúde e Segurança dos Alimentos da Comissão Europeia publicou relatório final da auditoria no Brasil atestando a conformidade e o rigor sanitário das cadeias produtivas de carne de aves e mel. A missão técnica, realizada entre agosto e setembro, concluiu que a fiscalização e a defesa agropecuária brasileiras atendem às exigências do bloco europeu, inclusive na proibição de antimicrobianos como promotores de crescimento. O aval destrava a reinclusão do país na lista de exportadores autorizados para a União Europeia, medida estratégica para os setores avícola e apícola do Rio Grande do Sul. O Ministério da Agricultura e Pecuária solicitou a deliberação final do comitê europeu para a reunião agendada para os dias 20 e 21 de outubro.

# Fux suspende decisão de Dino sobre fake news

Medida é provisória e não encerra a discussão de mérito



O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, no final da noite da segunda-feira, a decisão do ministro Flávio Dino que derrubava a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a ordem de remoção das publicações com a falsa informação de que Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pretende retirar de Nossa Senhora de Aparecida o título de padroeira do Brasil caso seja eleito.

Fux também determinou o restabelecimento das publicações que haviam sido retiradas com base na decisão de Dino e estabeleceu prazo de 24 horas para que X, Meta, TikTok e Google cumpram a nova decisão.

Ainda segundo Fux, a medida é provisória e não encerra a discussão de mérito. Para ele, a sus-

pensão é necessária diante da proximidade das eleições e do risco de que decisões sucessivas sobre o mesmo conteúdo produzam efeitos antes da análise definitiva do caso pelo colegiado.

A decisão vem após recurso apresentado pelo candidato à Presidência da República pelo PL. Além de solicitar a suspensão dos efeitos

da medida tomada por Dino no último domingo, Flávio pediu para o caso ser submetido ao plenário.

Dino justificou a cassação alegando que, com ela, “ficam preservadas a liberdade de expressão e a liberdade religiosa dos que defendem a manutenção da lei que transformou Nossa Senhora Aparecida em ‘Padroeira do Brasil’”.

ROSINEI COUTINHO/STF/DIVULGAÇÃO/JC



Luiz Fux enfatizou que análise definitiva deve ser feita pelo colegiado

## Kássio cobra TREs por transporte público gratuito

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, cobrou dos presidentes dos 27 tribunais regionais eleitorais (TREs) providências para garantir o transporte público gratuito no primeiro turno da eleição presidencial, marcado para o próximo domingo.

Em ofício, Kássio orientou os TREs a se certificarem junto às prefeituras e aos governos estaduais e o Distrito Federal de que informaram à Justiça Eleitoral os itinerários, as modalidades e os horários do transporte gratuito. O prazo para envio dessas informações terminou em 15 de agosto.

As regras eleitorais aprovadas pelo TSE obrigam o Poder Público a oferecer gratuitamente o transporte coletivo urbano e intermunicipal no dia de votação, incluindo em eventual segundo turno, marcado para 25 de outubro. Pelas normas, nas áreas urbanas o serviço deve funcionar com frequência parecida a de dias úteis.

Casos de redução ou interrupção do transporte em desacordo com as informações prestadas deverão ser encaminhados ao Ministério Público Eleitoral e à Defensoria Pública da União no respectivo estado, informou o TSE. O ofício destaca ainda que os

TREs devem divulgar em seus respectivos portais informações consolidadas e acessíveis sobre o transporte público, no dia de votação, em seus respectivos portais e nos de parceiros da Justiça Eleitoral.

Nas eleições deste ano, os eleitores brasileiros devem votar para os cargos de presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital.

O Brasil tem mais de 158,7 milhões de eleitores aptos a votar. O eleitorado brasileiro está distribuído em 5.571 municípios, além de 186 cidades no exterior.

## Sites da Justiça Eleitoral terão acesso sem custo

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que provedores de internet ofereçam sinal gratuito para acesso a sites da Justiça Eleitoral. A exigência vale para os três dias anteriores e o dia posterior às votações de primeiro e segundo turno.

A medida atendeu a pedido do

Partido Verde e permitirá garantir serviços de informações como local de votação, justificativa eleitoral, divulgação de resultados, boletins de urna e a página Fato ou Boato. Este último domínio contém checagem de informações veiculadas sobre as eleições.

O ministro afirma que o Estado

deve atenuar diferenças no acesso de eleitores à informação nas condições de participar do pleito.

A decisão forçará empresas que fornecem internet a assegurar que usuários com franquia de dados esgotada possam visitar esses endereços virtuais durante o período delimitado por Zanin na decisão.

## Errata

Diferentemente do que foi publicado na página 16 da edição de ontem, Belmiro Gomes é presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Atacadistas de Autosserviço (Abaas).

Desde 1980 protegendo  
a inovação para você  
construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323